

A FORMAÇÃO EM BAIXA VISÃO

uma trajetória construída no Instituto Benjamin Constant

LOW VISION TRAINING

a trajectory built at the Benjamin Constant Institute

João Ricardo Melo Figueiredo¹
Patrícia Ignácio da Rosa²
Eliana Leite Assis Figueiredo³
Gabrielle de Oliveira Camacho⁴

RESUMO

Este texto apresenta um relato sobre a formação em baixa visão no Instituto Benjamin Constant (IBC), reconhecido como Centro de Referência Nacional em questões da deficiência visual e que promove diversas ações de formação, sendo a formação em baixa visão o resultado da prática educacional da instituição. Considera-se a significativa presença dessa condição nas escolas brasileiras, onde um grande número de estudantes apresenta deficiência visual. O IBC tem uma longa história de atendimento a pessoas com baixa visão, o que motivou a elaboração de uma ação de extensão para atender à demanda de formação nacional. Atualmente, ensino, pesquisa e extensão convergem no campo da baixa visão na instituição. O grupo de pesquisa O Cotidiano da Baixa Visão, vinculado ao IBC, realiza ações em colaboração com diferentes setores da instituição, com alcance nacional, de modo a promover diálogos para a elaboração e reelaboração do conhecimento. Esta ação de extensão destaca a importância do conhecimento e da experiência para a construção da educação inclusiva.

Palavras-chave: Baixa visão; Educação inclusiva; Extensão.

ABSTRACT

This text presents a report on low vision training at the Benjamin Constant Institute (IBC), recognized as a National Reference Center on issues related to visual impairment and which promotes various training actions, being the low vision training the result of the institution's educational practice. The significant presence of this condition in Brazilian schools is considered, as a large number of students have visual impairment. IBC has a long history of providing assistance for

1 Instituto Benjamin Constant (IBC) - Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: joaoricardofigueiredo@ibc.gov.br

2 Instituto Benjamin Constant (IBC) - Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Mestra em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF) - Niterói, RJ, Brasil

3 Instituto Benjamin Constant (IBC) - Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Mestra em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) - Rio de Janeiro, RJ, Brasil

4 Instituto Benjamin Constant (IBC) - Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Mestra em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF) - Niterói, RJ, Brasil

people with low vision, which motivated the development of an extension action to meet the demand for national training. Currently, teaching, research and extension converge in the field of low vision at the institution. The research group “O Cotidiano da Baixa Visão”, from IBC, carries out actions in collaboration with different sectors, with national reach, in order to promote dialogues for the elaboration and re-elaboration of knowledge. This extension action highlights the importance of knowledge and experience for building an inclusive education.

Keywords: Low vision; Inclusive education; Extension.

A CONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO

O Instituto Benjamin Constant (IBC), criado ainda no tempo do Segundo Império, é hoje um Centro de Referência Nacional, ligado diretamente ao Ministério da Educação, voltado para as questões relacionadas à deficiência visual. Sua trajetória evoluiu de uma escola para pessoas cegas fundada em 17 de setembro de 1854 para uma instituição de referência na formação de profissionais para atuarem com estudantes cegos e com baixa visão na educação inclusiva em todo o território nacional.

Neste texto, vamos abordar os caminhos que fizeram com que esses profissionais encontrassem formação nas práticas cotidianas do IBC, uma relação que teve início em 1947, quando o instituto iniciou seu trabalho de formação continuada para atendimento das pessoas com deficiência visual em âmbito nacional. Compreendendo que tais ações ocorrem nos diferentes campos da deficiência da visão, aqui abordaremos especificamente a temática da baixa visão.

Assim, cabe mencionar que a trajetória deste processo parte das salas de aula e dos atendimentos especializados do IBC. As práticas e os conhecimentos de diferentes atores alimentam e constroem as redes de conhecimentos existentes, em um dinamismo cons-

tante que permeia os fazeres institucionais.

Mesmo o IBC tendo sido constituído como uma escola de pessoas cegas, existem indícios de que estudantes com baixa visão também faziam parte de seu cotidiano. Costa Filho e Berezovsky (2005) salientam que em 1950 foram criadas as classes de conservação da visão, as CCVs. Nessas turmas, os estudantes com baixa visão usavam cadernos especiais, com pautas mais largas, e o professor era vidente, ou seja, não era pessoa com deficiência visual. As salas, geralmente, possuíam iluminação mais clara, além de quadro de giz para uso do professor. Eram turmas até a antiga 4ª série, que rompiam com o modelo anterior no qual os estudantes com baixa visão eram vendados para aprender o Sistema Braille. As CCVs colocavam em prática o que mais tarde autores como Bruno (1993), e mais recentemente Figueiredo (2022), demonstram: o aprendizado do uso da visão preservada do estudante.

Importante aqui observarmos que a criação das Classes de Conservação da Visão traz também a ideia da importância do uso, da funcionalidade para a melhor qualidade da visão preservada, o que mais tarde será corroborado por diversos pesquisadores, tanto da área oftalmológica, como da área educacional. (Figueiredo, 2022, p. 79).

Um dos fatores que motivou a criação das CCVs, naquela época, foi, conforme nos demonstra Amiralian (2004), o fato de muitos estudantes lerem o Sistema Braille com os olhos, ao deixarem as vendas. Ou seja, se tinham visão suficiente para conseguir ler os pontos do Sistema Braille, teriam também visão para estudar, ler e escrever com algum recurso de tecnologia assistiva. Com os esforços pedagógicos para melhor atendimento e entendimento das questões da baixa visão, foi criado em 1990 o serviço especializado em visão subnormal, no ambulatório oftalmológico do IBC. Para Costa Filho e Berezovsky (2005), esta foi a resposta para uma demanda crescente e reprimida no atendimento médico oftalmológico.

Guerreiro (IBC, 2007) relata que, em 1994, foi criada no IBC a Coordenação de Estimulação da Visão Funcional de Educandos e Reabilitandos, no âmbito da Divisão de Atendimento em Reabilitação e Preparação para o Trabalho, com o objetivo de aproximar o professor e o médico. Esta prática se fortalece e no ano seguinte é criada, no serviço oftalmológico, a Coordenação de Baixa Visão. Desde então, médicos e professores trabalham juntos no IBC, em busca do melhor uso da visão preservada (Figueiredo, 2022), com um diálogo constante entre os profissionais da educação e da saúde para favorecer o desenvolvimento pedagógico do estudante.

Hoje, além das ações de sala de aula e das ações promovidas pela Coordenação de Baixa Visão, existe um grupo de pesquisa dedicado ao tema com profissionais que já atuaram na coordenação e convivem diretamente com estudantes com baixa visão em diferentes etapas educacionais do IBC. O grupo de pesquisa “O Cotidiano da Baixa Visão” está ligado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Temática da Deficiência Visual do

IBC e fomenta a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, o objetivo deste texto é apresentar o processo de desenvolvimento da formação em baixa visão no IBC e demonstrar como as ações de ensino, pesquisa e extensão convergem, na atualidade, para facilitar o processo de inclusão de estudantes com baixa visão em âmbito nacional. Contudo, faz-se necessário compreender este universo. Quem são os estudantes com baixa visão? Qual a importância da visão preservada? Como a escola pode auxiliar neste processo?

2. A BAIXA VISÃO

Com o desenvolvimento da medicina e novas tecnologias disponíveis, o estudante com deficiência visual está cada vez menos representado apenas pelo grupo dos sujeitos cegos e mais por uma grande fatia da sociedade que transita entre o mundo da cegueira e o mundo da vidência. Pessoas que não se enquadram em nenhuma das duas situações apresentadas, mas que possuem alguma funcionalidade visual, são consideradas com baixa visão ou visão subnormal (Bruno, 1993; Figueiredo, 2012; Figueiredo, 2014; Figueiredo, 2022). Essa classificação precisa ocorrer por parte de professores ou outros profissionais que tenham formação no atendimento de pessoas com deficiência visual, que percebem a visão de maneira funcional, além dos limites da avaliação clínica realizada pelo oftalmologista.

A funcionalidade da visão leva em consideração o uso do sistema visual para o planejamento e execução de tarefas do cotidiano. Por isso, hoje compreendemos que, mesmo que um estudante não tenha visão preservada suficiente para escrita e leitura, utilizando-se somente de seu sistema visual, é possível

conceber que pode haver alguma visão capaz de ser utilizada funcionalmente para tarefas do cotidiano. Ele pode então usá-la para ajudá-lo a se orientar no espaço, conseguir visualizar onde está mais claro ou mesmo se a luz está acesa ou apagada. Esta aprendizagem acontece nas experiências de seu cotidiano, diariamente, sendo a escola um dos espaços primordiais para que tais relações cognitivas e pragmáticas possam acontecer, favorecendo seu desenvolvimento integral.

Estamos falando de algo ainda muito novo. O conceito de baixa visão surgiu após a Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento da reabilitação. Da mesma forma que era preciso reabilitar o soldado que retornava com deficiência física após a guerra, era necessário também reabilitar as suas funções visuais, dando-lhe, por meio de recursos específicos, a oportunidade de voltar a ter condições de leitura e escrita por meio do sentido da visão. Mais tarde, a atenção foi voltada para as escolas, às quais chegavam estudantes que haviam nascido com baixa visão e podiam também ser beneficiados pelo mesmo princípio (Brown, 2007): o aprendizado do uso da visão preservada.

Os recursos especializados para atender às necessidades de pessoas com deficiência enquadram-se no conceito de tecnologia assistiva (TA). Figueiredo (2022) entende que os recursos utilizados para auxiliar e favorecer o desempenho funcional da visão de pessoas com baixa visão são TAs. Estas tecnologias podem ser ópticas, ou seja, auxílios especiais com o uso de lentes prescritas pelo oftalmologista especializado no atendimento de pacientes com baixa visão (lupas manuais e de apoio, óculos especiais e outros); e não óp-

ticos, tais como ampliações, favorecimento de contrastes, realce de formas e contornos, iluminação, acomodação ao brilho e cor, suporte postural de leitura e outros, geralmente elaborados por professores na educação especial, no ambiente em que atuam, sejam estes escola inclusiva, sala de aula especial ou escola especial, ou por profissionais capacitados para este fim em centros de reabilitação. Ainda existem os recursos tecnológicos, que se utilizam de tecnologia eletrônica e computacional, como as lupas eletrônicas, sistemas de videomagnificação⁵ e aplicativos para dispositivos móveis.

É preciso compreender que o indivíduo nasce com estruturas que interagem com o meio e gradativamente se constituem em ação: segundo Bruno (1999, p. 11), “o bebê nasce filogeneticamente programado, com estruturas reflexas que, a partir da integração com o meio do exercício e da função, vão gradativamente se transformando em ação”. Ou seja, é fundamental favorecer esta transformação, principalmente se existirem adaptações que possam melhor estimular o desenvolvimento da criança. Isto fica evidente com as considerações de Vianna e Rodrigues (2008, p. 204):

O sentido visual estimula a criança à ação motora – a agir através da experimentação, na busca de satisfazer seus instintos, necessidades e desejos. Quando ocorre uma lesão ou impedimento desta função sensorial, o mundo da criança fica restrito, diminuindo suas possibilidades de trocas com o meio, causando, com frequência, transtornos em seu desenvolvimento.

Durante o período de desenvolvimento das funções visuais, aproximadamente até os sete anos de idade, podendo variar com as experiências a que é submetida (Bruno, 1993), a

⁵ De acordo com Sampaio, *et al.* (2010), a videomagnificação é um recurso de tecnologia assistiva que utiliza uma câmera para captar e ampliar a imagem, hoje disponível em diferentes formatos e com variadas funcionalidades.

criança é levada a buscar seu desenvolvimento integral. Uma criança com baixa visão precisa aprender a desenvolver, com eficiência, o seu sentido visual a fim de ter condições de adquirir o máximo de autonomia possível e atingir a fase adulta de forma satisfatória (Martin; Bueno, 2003; Masini, 2007; Vianna; Rodrigues, 2008; Sampaio et al, 2010; Figueiredo, 2022).

Quando chega ao espaço escolar, a criança, agora estudante, deve ter a oportunidade de desenvolver-se de forma integral. Os estudantes com deficiência devem ter suas necessidades educacionais supridas. Para isto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) está presente na Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015), tendo sido regulamentado pelo Decreto-Lei nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (Brasil, 2011) e previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Os documentos legais garantem um sistema educacional inclusivo, o aprendizado ao longo da vida, a oferta de apoio necessário, no âmbito dos sistemas educacionais e individualmente, e a oferta de educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino, além de apoio técnico e financeiro pelo poder público. Desse modo, o AEE tem o papel de favorecer e promover o processo de inclusão dos estudantes com deficiência, promovendo a transformação do ambiente escolar.

O uso consciente, funcional e atento da visão preservada precisa ultrapassar as paredes da sala de aula e o chão da escola, pois o estudante vai utilizar tais conhecimentos diariamente, seja nas atividades da vida cotidiana, nas atividades educacionais e, provavelmente, como função norteadora, mesmo que residual, para orientar-se e locomover-se com segurança nos diferentes

espaços e ambientes. Esta prática vai, inclusive, futuramente interferir nas suas atividades no mundo do trabalho.

Neste sentido, é importante percebermos que algumas adaptações encontradas no dia a dia, relacionadas à elaboração e utilização de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência visual, mais especificamente as com baixa visão, podem exemplificar equívocos em relação às recomendações encontradas na literatura e sua efetiva aplicação no cotidiano. Os recursos elaborados ou distribuídos de maneira equivocada, apesar de objetivarem acessibilidade, acabam não atingindo uma parcela significativa de usuários, talvez por desconhecimento das especificidades relacionadas às pessoas com baixa visão.

Reunir em um mesmo material, por exemplo, a impressão comum, em tinta, e o Sistema Braille pode, em um primeiro momento, parecer uma grande saída para a acessibilidade. Poderia ser, se os textos não fossem sobrepostos ou se houvesse a possibilidade de separá-los. Contudo, existem vários materiais sendo elaborados, distribuídos e utilizados com esta sobreposição, o que dificulta a leitura por pessoas com variados tipos de deficiências visuais.

Outro exemplo equivocado são as placas informativas existentes em espaços públicos. Estas reúnem texto impresso em tinta e no Sistema Braille, objetivando a acessibilidade para pessoas com deficiência visual (cegas e com baixa visão). Em um texto sobreposto, os pontos do Sistema Braille podem causar deformações na impressão em tinta, prejudicando a leitura fluente. Ideal seria que os textos fossem apresentados separadamente, respeitando as especificidades tanto de pessoas cegas quanto de pessoas com baixa visão.

As especificidades necessárias em um material adaptado para pessoas cegas nem sempre podem servir para pessoas com baixa visão. Um exemplo comum está relacionado aos grafotáteis, ou materiais em thermoform⁶, como eram conhecidos. Esses materiais reúnem informações táteis e visuais. A impressão tátil e a em tinta, normalmente, são adequadas a ambas as deficiências, contudo não devem ser apresentadas juntas para as pessoas com baixa visão, pois qualquer possível interferência na percepção da imagem pelo sentido visual, pode dificultar sua compreensão. Para cegos a película em PVC é adequada, enquanto para baixa visão essa mesma película precisa ser retirada, por ser um material muito reflexivo, podendo causar ofuscamento no momento de uso.

Os materiais grafotáteis são comprovadamente eficazes na perspectiva docente, como afirma Rosa (2015, p. 70), mas seu estudo está relacionado especificamente às pessoas cegas, como a própria autora esclarece: “a presente pesquisa concentrou-se na perspectiva dos docentes que trabalharam diretamente com alunos cegos [...]”. O material é excelente, mas no momento da utilização é preciso estar atento aos canais sensoriais dos estudantes a que estão direcionados, o que pode não ocorrer nas escolas que recebem esses recursos. A razão talvez esteja na completa escassez de material adaptado ou na falta de conhecimento adequado por parte dos professores que farão uso do material especializado.

A junção do Sistema Braille à impressão em tinta é realmente considerada eficiente, como publicado na Revista Pesquisas 2001,

da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Nesta publicação, a junção é valorizada por proporcionar a “[...] democratização do sistema Braille, a ampliação dos momentos de trocas entre alunos, professores e familiares” (Rosa; Carlos Crapez, 2017, p. 507), principalmente quando estes desconhecem o sistema ou ainda não são tão habilidosos em seu uso. Contudo, não há indicação neste estudo para uso desta junção por pessoas com baixa visão: a pesquisa é direcionada ao uso do material por videntes e cegos. Conhecer razoavelmente as características das pessoas com baixa visão e conseqüentemente suas necessidades é de vital importância para de fato proporcionar uma experiência adequada de acessibilidade.

É um desafio que se coloca frente às necessidades do educando, favorecendo seu desenvolvimento e contribuindo para seu crescimento integral. Por isto a urgência de ações de extensão fomentadas pelo IBC no campo da baixa visão, impactando a sociedade e contribuindo com o conhecimento e a prática, enraizados no fazer pedagógico do Instituto Benjamin Constant.

3. NO CAMPO DA EXTENSÃO

O ensino especializado do IBC promove e fomenta ações na perspectiva da educação inclusiva em todo o território nacional. O saber constituído nas salas de aula, nas CCVs e posteriormente na Coordenação de Baixa Visão construíram o cenário para que professores e diversos outros profissionais de todo o país fossem ao IBC, ou requisitassem a presença da instituição, para estudar sobre o tema da baixa visão. Dinâmica semelhan-

⁶ “[...] são representações em relevo especificamente criadas para facilitar a compreensão de conceitos que não permitem o contato direto, podendo ser ou não acompanhadas de modelos tridimensionais, gravações digitais ou textos em braille.” (Rosa, 2015, p. 34).

te ocorre para todo o campo da deficiência visual, atendendo a uma demanda de formação continuada de diversos profissionais que procuram as formações do IBC para pensar, construir ou mesmo consolidar processos de inclusão de pessoas com deficiência visual em âmbito nacional e até internacional⁷.

No campo de atuação específico deste texto, vale mencionar que, no início, eram apenas médicos que apresentavam as questões relativas à visão. Contudo, a partir da década de 1990, conforme os arquivos da antiga Divisão de Capacitação e Recursos Humanos (DCRH⁸) do IBC, professores da Coordenação de Baixa Visão passaram a oferecer cursos sobre o tema, tanto no IBC como também para estados e municípios requisitantes. Os cursos, com carga horária de 40 horas, tinham por princípio apresentar o funcionamento do olho e da visão, com o intuito de construir com os cursistas estratégias para melhor atender às necessidades do estudante com baixa visão, de qualquer idade. Estimulação visual, corpo, movimento, cognição, linguagem, produção de materiais adaptados, tecnologia assistiva e acessibilidade faziam parte do conteúdo programático desta ação.

Esta formação, nos últimos tempos, vem passando por transformações e hoje pode ser apresentada em diferentes modelos: seja por demanda externa, para alguma instituição solicitante, conforme edital aberto pelo IBC anualmente; ou por livre demanda, quando o Instituto abre o calendário anual dos cursos de extensão para a comunidade. No início, era ofertado um curso por ano para a comunidade, além de participações em outras

formações do IBC, como o antigo “Curso de Qualificação em Deficiência Visual”, no qual baixa visão era uma disciplina. Desde 2011, contudo, o curso para a comunidade ocorre duas vezes por ano, além do atendimento para instituições. Cada turma presencial tem aproximadamente 25 inscitos, de todas as partes do Brasil, e a carga horária continua sendo de 40 horas. Durante uma semana, quem faz o curso presencial no IBC convive e interage, de forma dirigida, com o dia a dia da instituição e com diferentes profissionais, visitando diversos espaços e tendo múltiplas experiências.

Um segundo ponto a ser considerado é a herança da pandemia do Covid-19, a modalidade remota. No entanto, ela é pouco usada, atualmente, para a formação em tela, pois os atuais responsáveis pelo planejamento e execução das formações consideram interessante a interação presencial nas diversas atividades propostas durante o curso.

Vale ainda mencionar que as ações de extensão em baixa visão atualmente em curso no IBC estão vinculadas ao grupo de pesquisa “O Cotidiano da Baixa Visão”, composto por professores que lidam diretamente com o tema em suas pesquisas e em sala de aula, em diferentes etapas da educação básica. O projeto de formação por meio da ação de extensão acaba por ser carregado destes elementos institucionais, onde ensino, pesquisa e extensão caminham em conjunto. A sociedade, aqui representada pelos professores e demais profissionais atingidos pelas ações deste projeto institucional, convive então diretamente com o conhecimento institucional, que

7 Em cooperação com o Ministério de Relações Exteriores, cursos de formação continuada do IBC já estiveram em três missões internacionais em países do continente africano nos últimos vinte anos.

8 Desde 2018, a DCRH, que era ligada ao Departamento Técnico Especializado (DTE) passou a se chamar DEA, Divisão de Extensão e Aperfeiçoamento, ligada ao Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DPPE).

acaba por se irradiar para diferentes direções e se transforma em uma dinâmica dialógica.

Cabe esclarecer que a convergência das ações de ensino, pesquisa e extensão foi construída no IBC baseada em três pilares: primeiro, a mudança da carreira dos docentes de Professores de 1º e 2º Graus para Professores de Educação Básica, Técnica e Tecnológica, em 2012; segundo, a criação do Departamento de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, em 2018; e terceiro, a criação do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Temática da Deficiência Visual do IBC, em 2020.

Além dos temas apresentados, durante o curso de formação são realizadas atividades práticas que simulam o comportamento visual de estudantes com baixa visão, bem como experimentados diferentes auxílios ópticos como óculos especiais, lupas de mão e de apoio, sistemas telescópicos para melhorar a visão para longe e auxílios tecnológicos de ampliação. Técnicas para leitura e escrita com melhor aproveitamento da visão também são apresentadas. Durante as aulas práticas, a adaptação de materiais também é realizada em sala, instigando o cursista a pensar em diferentes propostas de materiais que possam melhorar as condições visuais dos estudantes, sendo confeccionados com produtos do cotidiano, de baixo custo, e, portanto, acessíveis para a diversidade das realidades brasileiras.

A formação em baixa visão já esteve em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, além de ter recebido no IBC representantes de todas essas localidades. A parceria com governos estaduais e municipais é fundamental para a continuidade desta prática,

pois os custos com o deslocamento, hospedagem e alimentação do professor do IBC para ofertar o curso fora da sede, no bairro da Urca, no Rio de Janeiro, é de responsabilidade das instituições solicitantes.

O curso atualmente é denominado “Introdução à Baixa Visão”, com carga horária presencial de vinte e oito horas e doze horas de leituras direcionadas, caracterizando-se como curso híbrido. Seu currículo aborda: conceituação e classificação da baixa visão; noções gerais sobre o sistema visual; principais patologias e seus reflexos no desenvolvimento e na escolaridade; sinais indicadores de baixa visão; avaliação funcional da visão; recursos ópticos e não ópticos; o desenvolvimento do sujeito com baixa visão, a escolaridade, a alfabetização; necessidades e recursos didáticos e pedagógicos; tecnologia assistiva. O curso tem o objetivo de propiciar aos participantes subsídios e conhecimentos básicos referentes à baixa visão, para que possam atuar adequadamente com pessoas nessa condição visual tanto no âmbito do desenvolvimento quanto no da escolaridade⁹. São quatro os professores do IBC envolvidos diretamente neste processo, sendo um professor titular, uma doutoranda e duas mestras; dois professores são pessoas com baixa visão, o que contribui para as experiências e práticas desenvolvidas pelo grupo.

Por fim, a extensão no Instituto Benjamin Constant clama, reforça e solidifica a inclusão da pessoa com deficiência visual, tirando o véu do conhecimento, demonstrando práticas e dialogando com um país diverso, continental e multicultural. Ao visitarmos diversas secretarias educacionais podemos ver um pouco do IBC nos trabalhos de seus

⁹ Informações sobre o curso Introdução à Baixa Visão podem ser obtidas em <https://www.gov.br/ibc/pt-br/extensao/cursos-de-formacao-continuada/2024/hibridos>. Acesso em 20 de junho de 2024.

profissionais, criando e multiplicando aquilo que foi abordado durante os cursos de extensão e reconstruindo dinamicamente o fazer pedagógico para os estudantes com baixa visão, quer no IBC, quer em outras instituições de ensino em todo o território nacional. As ações, aqui brevemente apresentadas, tentam contribuir para a formação continuada e fomentam o desenvolvimento da ação pedagógica frente aos enormes desafios da educação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, neste pequeno texto, apresentar os desafios da promoção do fazer pedagógico na educação inclusiva atualmente. A partir da experiência de um Centro de Referência Nacional como o IBC conseguimos atender a demandas fora dos muros institucionais e promover o diálogo e o desenvolvimento das práticas educativas inclusivas. A ação de extensão aqui apresentada é uma resistência: para que a pessoa com baixa visão possa ser vista, assim como seu processo de aprendizagem, e para que a inclusão pos-

sa tentar sair da legislação e estar presente em nossas escolas.

A extensão só é possível, no caso apresentado, muitas vezes pela vontade e coragem dos profissionais da educação em querer mudar, em querer sair da inércia e ter o desejo de transformar. Esta transformação, mesmo que pequena, se pensarmos no tamanho de nosso país, já vem acontecendo. As práticas discutidas nos cursos de extensão do IBC podem ser vistas em todas as cinco regiões do Brasil; elas movimentam e modificam os pensamentos de todos os envolvidos, fazendo com que ensino, pesquisa e extensão possam de fato andar lado a lado, construindo e reconstruindo esperanças.

É urgente entendermos que incluir na educação não é apenas matricular, mas é dar condição de fato para que o estudante possa ter suas necessidades atendidas dentro da escola. Por isto a relevância da ação que acabamos de aqui apresentar, para que a aprendizagem possa ser significativa, equitativa e verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. Sou Cego ou Enxergo? As questões da baixa visão **Educar**, Curitiba, n. 23, p. 15-28, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zrbZkRsyxJTVdv4BgXP8zVw/?format=pdf>. Acesso em 15 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Brasília,

2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em 15 de abril de 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 15 de abril de 2024.

BROWN, Barbara. **The Low Vision Handbook for Eyecare Professionals**. NJ, USA: SLACK Incorporated, 2007.

BRUNO, Maria Moraes Garcia. **O Desenvolvimento**

Integral do Portador de Deficiência Visual: da intervenção precoce à integração escolar. São Paulo: Laramara, 1993.

BRUNO, Maria Moraes Garcia. **O Significado da Deficiência Visual na Vida Cotidiana:** análise das representações dos pais-estudantes-professores. 1999. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande MS, Faculdade Católica Dom Bosco, 1999.

COSTA FILHO, Helder Alves; BEREZOVSKY Adriana, A. Análise Crítica do Desempenho Evolutivo da Visão Subnormal no Instituto Benjamin Constant. **Arquivos Brasileiros de Oftalmologia**, [S. l.], v. 68, n. 6, p. 815-820, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abo/a/vDcWMSBRGzdVF8jHw9jDt6Q/#>. Acesso em 15 de abril de 2024.

FIGUEIREDO, Eliana Leite Assis. **A construção de materiais especializados no cotidiano de estudantes de baixa visão nos anos iniciais do ensino fundamental.** 2022. 134f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/4689230/eliana-leite-assis-figueiredo-1.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2024.

FIGUEIREDO, João Ricardo Melo. **O Presente pelo passado:** variação verbal em narrativas de deficientes visuais. Rio de Janeiro: IBC, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/ibc/pt-br/pesquisa-e-tecnologia/publicacoes-do-ibc-1/livros_pdf/anexos/livro-o-presente-pelo-passado-final.pdf. Acesso em 15 de abril de 2024.

FIGUEIREDO, João Ricardo Melo. **O Presente pelo passado:** variação verbal em narrativas de deficientes visuais. 2012. 165f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://ppglinguistica.letas.ufrj.br/document/o-presente-pelo-passado-variacao-verbal-em-narrativas-de-deficientes-visuais/>. Acesso em 15 de abril de 2024.

IBC - Instituto Benjamin Constant. **Instituto Benjamin Constant 150 anos.** Rio de Janeiro: Fundação Cultural Monitor Mercantil, 2007. Disponível em: https://www.gov.br/ibc/ptbr/pesquisa-e-tecnologia/publicacoes-do-ibc-1/livros_pdf/anexos/ibc150anos_compressed-1.pdf/view. Acesso em 15 de abril de 2024.

MARTIN, Manuel Bueno; BUENO, Salvador Toro.

Deficiência Visual: aspectos psicoevolutivos e educativos. São Paulo: Livraria Santos, 2003.

MASINI, Elcie. F. Salzano. **A Pessoa com Deficiência Visual:** um livro para educadores. São Paulo: Vetor, 2007.

ROSA, Patrícia Ignácio da. **A Prática Docente e os Materiais Grafo-Táteis no Ensino de Ciências Naturais e da Terra para Pessoas com Deficiência Visual:** uma reflexão sobre o uso em sala de aula. 2015. 260f. Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <http://cmpdi.sites.uff.br/wpcontent/uploads/sites/186/2018/08/Disserta%C3%A7%C3%A3o-PatriciaIgn%C3%A1ciodaRosa.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2024.

ROSA, Patrícia Ignácio da.; CARLOS CRAPEZ, Mirian Araújo. Braille e tinta unidos pela Inclusão: uma releitura necessária. **Revista Interdisciplinar do Direito - Faculdade de Direito de Valença**, [S. l.], v. 12, n. 2., 2017. Disponível em: <https://revistas.faa.edu.br/FDV/article/view/103>. Acesso em 20 de junho de 2024.

SAMPAIO, Marcos Wilson et al. **Baixa Visão e Cegueira:** os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2010.

VIANNA, Patrícia Maria da Motta; RODRIGUES, Maria Rita Campello. **Psicologia do Desenvolvimento e da Linguagem do Deficiente Visual.** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2008.

Recebido em: 15.04.2024

Revisado em: 03.06.2024

Aprovado em: 14.06.2024